

ATA da Reunião do CONSELHO GESTOR com o COMITÊ DE ATENÇÃO PRIORITÁRIA AO PRIMEIRO GRAU

LOCAL	DATA	HORÁRIO INÍCIO	HORÁRIO FIM
Plataforma de videoconferência ZOOM	18/06/2021	8h	08h53

PAUTA

- 1) Apresentação da minuta do Plano Estratégico do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão para o sexênio 2021-2026;
- 2) Institucionalização do atendimento remoto ao público por aquisição de aparelho celular para as zonas e webcams para os computadores desktop dos Cartórios;
- 3) Regulamentação das intimações por meio eletrônico;
- 4) Pagamento das horas-extras de trabalho com a análise de prestações de contas.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O Desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, **Presidente**, declarou aberta a reunião do Conselho Gestor com o Comitê de Atenção Prioritária ao 1º Grau, cumprimentando os presentes. Reafirmou que o propósito das reuniões é unir esforços e colocar o Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão em um patamar de excelência. Mencionou a reunião que tratou sobre a reestruturação do Tribunal, cujo objetivo é, pelo menos, equipará-lo aos tribunais de médio porte, podendo chegar até à estrutura dos de grande porte, uma vez que a atual está bastante aquém.

A Desembargadora Ângela Maria Moraes Salazar, **Corregedora e Vice-Presidente**, ressaltou a importância do espaço que congrega representantes de órgãos como a AMMA – Associação dos Magistrados do Maranhão, o SINTRAJUFE - Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público

da União no Maranhão e setores da Justiça Eleitoral Maranhense para a discussão e apresentação de propostas visando ao aperfeiçoamento de ferramentas para a melhor operacionalização e otimização dos serviços e da qualidade do atendimento ao eleitor. O nosso compromisso e desafio é elevar o TRE ao topo da Justiça Eleitoral brasileira, por meio de uma gestão compartilhada e participativa, implementada pelo Des. Presidente. É fator determinante que o TRE-MA se destaque entre os órgãos públicos com maior credibilidade e eficiência. Temos uma gestão com uma nova forma de pensar, olhar e agir.

A Coordenadora de Planejamento, Estratégia e Gestão - **COPEG**, Karla, parabenizou e elogiou a proatividade dos Chefes de Cartório membros do Comitê 1º Grau, por terem encaminhando as propostas de pauta antes de qualquer solicitação, enviando, inclusive, esclarecimentos acerca de cada item. Lembrou que as próximas reuniões agendadas acontecerão nos dias 17 de setembro e 03 de dezembro, iniciando sempre no mesmo horário, às 8h. Comunicou a gravação da reunião para facilitar a lavratura da ata.

1 – APRESENTAÇÃO DA MINUTA DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2021-2026 DO TRE-MA

A Coordenadora da **COPEG**: inicialmente, apresentou as etapas do processo participativo de elaboração da Estratégia:

- a) Diagnóstico da organização, identificando as forças, fraquezas, oportunidades e ameaças (matriz *swot*);
- b) Concepção do referencial estratégico, sinalizando a missão, visão de futuro e valores;
- c) Criação dos objetivos estratégicos: para as perspectivas gestão e inovação, processos internos e resultados, alinhados à Estratégia Nacional do Poder Judiciário;
- d) Validação dos seguintes produtos pelo Conselho Gestor, ouvindo o Comitê 1º Grau: matriz *swot*, referencial e objetivos estratégicos;
- e) Definição dos indicadores estratégicos para cada objetivo;
- f) Formulação das iniciativas, que contemplam ações, projetos e programas;
- g) Validação dos objetivos estratégicos, indicadores e iniciativas, em reunião online com o Diretor-Geral, Assessora Chefe da Corregedoria, Secretários, representantes das comissões e núcleos, além dos participantes das oficinas do planejamento estratégico. Na oportunidade, apenas três objetivos tiveram suas redações alteradas, porém sem perder a essência idealizada quando da concepção;
- h) Elaboração do Mapa Estratégico;
- i) Propositura das ações/projetos iniciativas estratégicas, que impulsionarão o alcance dos objetivos.

Em seguida, compartilhou como está ficando a apresentação gráfica do Plano Estratégico, informando que gostaria de ter disponibilizado esse material com antecedência. Contudo, devido a diversos fatores, isso não foi possível, quais sejam: a COPEG está em várias frentes de trabalho, além da insuficiência de servidores e ainda porque, nesta data, finda o prazo estabelecido pelo Tribunal de Contas da União (TCU), para inserirmos em sistema próprio as respostas relativas ao diagnóstico iGG- Índice Integrado de Governança e Gestão, uma auditoria realizada por aquela Corte de Contas em todos os órgãos da Administração Pública Federal.

Seguiu apresentando desde o sumário até a descrição de todos os objetivos estratégicos e suas vinculações com: 1) a Estratégia Nacional do Poder Judiciário, 2) os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 3) a auditoria do TCU, iGG-Índice Integrado de Governança e Gestão.

Esclareceu, que, devido a dinamicidade peculiar a qualquer organização, tanto as ações quanto os indicadores farão parte do Plano de Diretrizes 2021 -2022, devendo ser revisado, pelo menos, anualmente. Comunicou que as fichas completas dos indicadores constarão em um anexo. Explicou que as ações e projetos serão apresentados por responsáveis, citando a iniciativa, o objetivo estratégico e o prazo.

Concluiu afirmando que o trabalho está sendo concluído e que o Des. Presidente autorizou a apreciação do Plano Estratégico na sessão do dia 28 de junho. Diante disso, informou que, tão logo a SEPUB (unidade que está elaborando a arte gráfica) finalize, o material será disponibilizado, para considerações.

Des. José Joaquim, **Presidente** observou a importância de cumprimento de todos os prazos e a manifestação prévia de todos os membros da Corte.

A Coordenadora da **COPEG** informou que todas as considerações devem ser encaminhadas até o dia 25 de junho (sexta), possibilitando aos colegas da SEPUB tempo hábil para os ajustes necessários.

Dr. Douglas, **juiz eleitoral**: ressaltou o importante papel que o Comitê de Atenção Prioritária ao 1º Grau tem galgado na gestão do Tribunal e, sobretudo, a partir da oportunidade concedida de poder colaborar com a Justiça Eleitoral Maranhense. Enalteceu a elevada competência técnica e o profundo conhecimento dos magistrados e servidores.

Deliberação / Pendência:

A **COPEG**: disponibilizará as minutas, para considerações. Manifestações deverão ser encaminhadas até o dia 25 de junho (sexta), possibilitando aos colegas da SEPUB tempo hábil para os ajustes necessários, pois o Plano Estratégico será apreciado pela Corte na sessão do dia 28 de junho.

2 – INSTITUCIONALIZAÇÃO DO ATENDIMENTO REMOTO AO PÚBLICO POR MEIO DA AQUISIÇÃO DE APARELHO CELULAR PARA AS ZONAS E WEBCAM PARA OS COMPUTADORES DESKTOP DOS CARTÓRIOS

O **Diretor-Geral**, Dr. Luann: informou que o Des. Presidente já autorizou a contratação dos celulares para todas as Zonas, além da Secretaria. A previsão é que, até novembro, os smartphones com linha sejam enviados para o atendimento ao público. Sobre as webcams, o envio aos Cartórios está sendo providenciado.

A **Chefe de Cartório** da 6ª ZE, Michelle – explicou que decidiram adotar a seguinte metodologia para a elaboração da pauta: primeiro, os cinco chefes de cartório membros do Comitê 1º Grau realizaram uma reunião, via videoconferência, para debater os temas comuns que vem sendo abordados em fóruns de whatsapp e e-mails, chegando a alguns denominadores comuns. Em sequência, criaram um questionário possibilitando aos colegas especificarem os tópicos

considerados mais relevantes. Assim, a pauta foi construída, efetivamente, com a participação das 105 zonas eleitorais e referendada pelos cinco representantes. Comentou que o colega Fábio Ximenes tinha preparado uma explanação sobre o que entendem por profissionalização do atendimento e seria de suma importância a sinalização quanto a esses equipamentos, uma vez que a virtualização dos atendimentos se impôs como uma realidade, onde há ganhos tanto para a população, quanto para os servidores. Contudo, desejam avançar mais ainda, pois sabem que existem outros grupos de trabalho, a exemplo do Juízo 100% digital e da implantação do teletrabalho. Nesse sentido, entendem que essas ações sejam circulares e fazem parte de um todo.

Des. José Joaquim, **Presidente** franqueou a palavra a todos os participantes.

O **Chefe de Cartório** da 10ª ZE, Fabio Ximenes: explicitou a importância da padronização do atendimento no TRE, lembrando que essa preocupação veio com a pandemia, quando os chefes de cartório tiveram que implantar o atendimento via *WhatsApp business*, o que foi uma surpresa para todos os que não tinham o costume de atender o eleitor dessa forma, gerando uma série de consequências para os servidores, inclusive para a saúde dos que ficaram à disposição do público durante o dia todo. O *WhatsApp business* possui componentes interessantes que podem ser utilizados visando a uniformização do atendimento, como: a implantação de mensagens eletrônicas, para, por exemplo, direcionar o eleitor ao serviço que pretende e avisar sobre o horário de funcionamento. Informou que alguns TREs (CE e GO) utilizam o *moovdesk*, uma ferramenta que serve também para o gerenciamento das demandas em geral e controle de atendimentos. Solicitou a sensibilização da alta administração para a utilização dessa ferramenta pelo TRE-MA, por acreditar que auxiliará, inclusive, no dimensionamento da força de trabalho.

Des. José Joaquim, **Presidente** determinou que o DG realize uma reunião para tratar sobre essa sugestão.

Deliberação - Pendência:

DG: agendará uma reunião para tratar sobre a ferramenta *moovdesk*, com os Chefes de Cartório do Comitê 1º Grau e a Assessora Chefe da Corregedoria.

3 - REGULAMENTAÇÃO DAS INTIMAÇÕES POR MEIO ELETRÔNICO

A Desembargadora Ângela, **Corregedora** e Vice-Presidente: lembrou que as intimações via *WhatsApp* foram inicialmente implantadas pela coordenação de violência doméstica. Afirmou que antes mesmo de receber a pauta da reunião, estava minutando a utilização dessa ferramenta no TRE-MA, por considerar viável e ter constatado que outros TREs já realizam esse procedimento. Ressaltou a determinação do Código de Processo Civil e do CNJ sobre essas formas de intimação. Sinalizou que será realizada reunião com os chefes de cartório para que apresentem sugestões à minuta.

A **Chefe de Cartório** da 6ª ZE, Michelle: explicou que a ideia da intimação é um complemento ao pedido de profissionalização do atendimento eletrônico e

vai além das comunicações em processos judiciais, abrange as atividades e rotinas administrativas: diligências para o eleitor, contato com os partidos políticos etc, visando a uma padronização e atribuindo-se maior segurança, por meio de atos válidos.

A Desembargadora Ângela, **Corregedora** e Vice-Presidente: frisou que a intenção é atender nesse sentido e que os Chefe de Cartório serão ouvidos.

Des. José Joaquim, **Presidente**: assegurou que a Corregedoria terá todo o suporte da Presidência neste trabalho.

Deliberação - Pendência:

CRE colherá as considerações das Zonas Eleitorais em relação à minuta que trata sobre as intimações via *WhatsApp*.

4 - PAGAMENTO DAS HORAS-EXTRAS DE TRABALHO COM A ANÁLISE DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

O **Secretário de Gestão de Pessoas**, Guilberth: informou sobre a retirada desse item da pauta, pois o Des. Presidente já autorizou o pagamento das horas extras trabalhadas a partir de 07 de janeiro com os processos de prestação de contas. Essa folha já está sendo elaborada.

A Coordenadora da **COPEG**, Karla: lembrou que o Secretário de TIC, Gualter, solicitou a utilização deste tempo para tratar acerca do andamento das instalações de novos links nas zonas eleitorais.

5 – ANDAMENTO DAS INSTALAÇÕES DE NOVOS LINKS DAS ZONAS ELEITORAIS (extra pauta)

O **Secretário de Tecnologia da Informação**, Gualter: informou que a empresa está deixando a desejar quanto à execução do contrato. O prazo final de execução é 5 de julho e, até o momento, foram instalados apenas 34 dos 87 links. Já passou 77% (setenta e sete por cento) do prazo e foi executado apenas 36% (trinta por cento). Isso causa grande impacto para as 53 zonas eleitorais, que terão que permanecer em trabalho remoto. A empresa alega dificuldades de logística e de pessoal, principalmente em razão da pandemia. Foi solicitado relatório de justificativa para esse atraso, que foi encaminhado. Contudo, não concorda com o relatório e, certamente, a empresa será punida por descumprimento do prazo contratual.

Comentou que para mitigar esse problema: o atendimento ao eleitor está sendo virtual desde 15 dias antes do fechamento do cadastro eleitoral da eleição passada e continuará assim. Foi informado às zonas eleitorais que ficarão mais tempo sem link. Foi enviado um segundo notebook para teletrabalho e também

estão iniciando a instalação de antenas via satélite, em seis zonas. É uma situação crítica que foi minimizada pelo recurso do trabalho remoto. Entretanto, é muito preocupante a qualidade da prestação do serviço por essa empresa, pois serão utilizados seus links na próxima eleição. Pediu a compreensão de todos. A alta administração está focada nisso e, com certeza, as medidas de penalização serão aplicadas. Acrescentou que estão monitorando o pós- instalação.

Des. José Joaquim, **Presidente**: A empresa será severamente punida em face da desídia.

A **Chefe de Cartório** Michele: indagou se há previsão para ser disponibilizada a tabela com as datas em que as ZEs receberão notebooks e antenas.

O **Secretário de TIC**, Gualter: expôs que está tudo documentado no SEI e que repassarão sim essas informações.

Des. José Joaquim, **Presidente**: informou que o Diretor-Geral entrará em contato com o Gualter para tratar sobre essas comunicações.

O **Secretário de TIC**, Gualter: afirmou que tão logo finalize essa reunião, encaminhará o cronograma para as zonas eleitorais.

Deliberação - Pendência:

STIC encaminhará às zonas eleitorais, o cronograma em que receberão notebooks e as antenas.

6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

O **Diretor-Geral**: parabenizou os chefes de cartório pela organização da pauta, pelas considerações de Fábio Ximenes e afirmou que seguirá as orientações da Presidência e da Corregedoria em prol da resolução das demandas apresentadas.

O **Chefe de Cartório** Fábio Ximenes: solicitou informações sobre as requisições dos servidores, que estão por vencer.

O **Secretário de SGP**, Guilberth: alegou que não há informações concretas. A sugestão é que todos que estão nessa situação formalizem processo de prorrogação de requisição.

Des. José Joaquim, **Presidente**: levará este tema para ser discutido no COPTREL, ainda que extrapauta.

Desa. Ângela, **Corregedora** e Vice-Presidente: agradeceu a presença de todos e reiterou o apoio aos juízes, chefes de cartório e a todos os servidores do

Tribunal.

Dra. Joelma, **juíza eleitoral** da 3ª ZE: enalteceu o caráter científico da elaboração do Plano Estratégico 2021–2026 do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão e parabenizou a alta administração pelo cumprimento de um dos eixos do CNJ, que é o uso colaborativo de produtos e serviços.

Des. José Joaquim, **Presidente**: agradeceu a participação de todos e declarou que a Presidência e a Corregedoria estão irmanadas em um trabalho colaborativo para que o TRE-MA tenha um lugar de protagonismo, apesar de todas as dificuldades do cenário atual. Encerrou a reunião, destacando a competência e dedicação dos servidores e magistrados deste Regional.

PARTICIPANTES

NOME	CARGO	MEMBRO
Des. José Joaquim Figueiredo dos Anjos	Des. Presidente do TRE	Conselho Gestor
Desa. Ângela Maria Moraes Salazar	Corregedora Regional Eleitoral	Conselho Gestor
Luann de Matos Oliveira Soares	Diretor-Geral	Conselho Gestor
Danyelle Bitencourt Athayde Ribeiro	Assessora Chefe da Corregedoria	Conselho Gestor
Débora Márcia Soares Vêras	Secretário de Administração e Finanças	Conselho Gestor
Gualter Gonçalves Lopes Júnior	Secretário de Tecnologia e Informação	Conselho Gestor
Carlos Eduardo Dias Almeida	Secretário Judiciário	Conselho Gestor
Guilberth Marinho Garcês	Secretário de Gestão de Pessoas	Conselho Gestor
Allana Machado Prazeres Costa	Servidor da Secretaria indicado pelo Sintrajufe-MA	Conselho Gestor
Suplente: Fábio Humberto Cantanhede Ximenes	Servidor da Zona Eleitoral indicado pelo Sintrajufe-MA	Conselho Gestor
Suplente: Dr. Fernando Jorge Pereira	Juiz Eleitoral indicado pela AMMA	Conselho Gestor
Suplente: Dra. Joelma Sousa Santos	Magistrada de 1º grau indicada pelo Tribunal	Comitê de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau
Dra. Lavínia Helena Macedo Coelho	Magistrada de 2º grau escolhida pelo Tribunal	Comitê de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau
Dr. Rodrigo Otávio Terças Santos Dr. Douglas Lima da Guia Suplente: Dra Anelise Nogueira Reginato	Magistrados de 1º grau eleitos por votação direta entre os seus pares, da respectiva jurisdição, a partir de lista de inscrição	Comitê de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau

Dr. Antonio Elias de Queiroga Filho	Magistrado indicado pela AMMA, com direito a voto	Comitê de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau
Suplente: Ronaldo César Pereira Barros	Chefe de cartório indicado pelo Tribunal	Comitê de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau
Michelle Pimentel Duarte	Chefe de cartório indicado pelo Tribunal a partir de lista de inscritos aberta a todos os interessados	Comitê de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau
Eduardo Daniel Pereira Neto Suplente: Lilianne Lopes Melo	Chefes de cartório eleitos por votação direta entre os servidores de primeiro grau, a partir de lista de inscrição	Comitê de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau
Francisca de Oliveira Garcia	Chefe de cartório eleita por votação direta entre os demais servidores das Zonas eleitorais após indicação em lista tríplice pelo SINTRAFE-MA, com direito a voto.	Comitê de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau
Gilson Rodrigues Borges	Assessor Especial da Presidência	
Alessiane Guuimarães Reis	Coordenadora de Registros Partidários, Autuação e Distribuição	
Karla de Faria Abdala Félix	Coordenadora de Planejamento, Estratégia e Gestão	
Fernando Neves da Costa e Silva Filho	Chefe da Seção de Planejamento e Desenvolvimento	
Edineide Sales Braga	Assistente da Seção de Pesquisa e Estatística	



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO

AV. SENADOR VITORINO FREIRE - Bairro AREINHA - CEP 65010917 - São Luís - MA

CERTIDÃO

Eu , Douglas Lima da Guia, CPF 946.371.133-34, Coordenador do Comitê de Atenção Prioritária ao 1º Grau do TRE-MA, certifico e dou fé do inteiro teor da ata constante do documento SEI TRE-MA n.º 1465890, referente à reunião ocorrida em 18/06/2021, para os fins previstos no regulamento do Prêmio CNJ de Qualidade 2021.

São Luís - MA, datado e assinado eletronicamente.



Documento assinado eletronicamente por **DOUGLAS LIMA DA GUIA, Analista Judiciário**, em 12/08/2021, às 08:52, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ma.jus.br/autenticar> informando o código verificador **1465897** e o código CRC **851A65B8**.

0006506-57.2021.6.27.8000	1465897v4
---------------------------	-----------